

Éternit

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA CONVOCADA PARA 30 DE ABRIL DE 2025, ÀS 10H.**

ÍNDICE

I.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
II.	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	4
III.	CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	5
IV.	PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E PRAZOS	8
V.	INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DE EXAME E DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	12
VI.	ANEXOS	16

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos a todos para participar da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Eternit S.A. a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 10h, exclusivamente de modo virtual, nos termos do Edital de Convocação.

Para a instalação da AGO será necessária a participação de 1/4 (um quarto) do capital social, em primeira convocação.

No intuito de incentivar e facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia adotou o formato de realização virtual, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting (“Plataforma”), que possibilitará o exercício do direito de voto expresso em cada item da ordem do dia, além da transmissão de imagem e som. Desta forma, criamos esta Proposta da Administração para proporcionar mais informação e transparência e garantir, assim, a tomada de decisão de forma consciente e participativa por todos os acionistas.

Gostaria de lembrá-los que seu voto é muito importante para a Companhia.

Os assuntos a serem deliberados na AGO estão descritos neste documento e no Edital de Convocação. Solicitamos aos senhores que examinem cuidadosamente estes documentos.

Ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

II. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Data: 30 de abril de 2025

Horário: 10h

Local: A AGO será exclusivamente de modo virtual, por meio da Plataforma.

Justificativa: A Companhia adotou o modelo exclusivamente digital para a AGO de 2025, com o intuito de incentivar e facilitar a participação dos acionistas.

III. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ETERNIT S.A.
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da Eternit S.A. (“Eternit” ou “Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 10h, exclusivamente de modo virtual, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting (“Plataforma”) bem como mediante o envio de Boletim de Voto a Distância (“BVD”), nos termos da Resolução CVM nº 81/22 (“CVM 81”), para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024;
2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024;
3. Deliberar sobre a distribuição de dividendos e sua condição de pagamento;
4. Fixar o montante da Remuneração Global a ser paga aos Administradores da Companhia, em relação ao exercício social de 2025.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Informações de Participação na AGO

Participação Virtual

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGO por meio da Plataforma deverão acessar o link <https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxQjfFvKPXpbKKtihKAg9tfkfvlfWdfwJH88swWQbv6Qz> pré-cadastro (“Link”), impreterivelmente, até o dia 28 de abril 2025 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra **não poderão** participar da AGO.

Boletim de Voto a Distância

A Companhia adotará, para AGO, a possibilidade de voto por meio de BVD, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto através dos BVD poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, o Itaú Corretora de Valores S.A. (“Itaú”), transmitir as instruções de voto para o Itaú, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Itaú; ou (iii) preencher o BVD e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, na Proposta da Administração e no BVD disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o BVD, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Companhia em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 18 de abril de 2024 (inclusive).

O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do BVD diretamente à Companhia deverá encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos aplicáveis, nos termos da Proposta da Administração, para a sede da Companhia na Rua Dr. Fernandes Coelho nº 85, 8º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05423-040 ou por meio do e-mail: ri@eternit.com.br, aos cuidados da Diretora de Relações com Investidores, Sra. Carisa Santos Portela Cristal.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

O BVD encontra-se disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm), no site da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

Legitimação e Representação

Poderão participar da AGO, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no Artigo 126, da Lei de Sociedades Anônimas. O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, ou, caso não apresente esta documentação, a posição acionária será verificada pela Companhia, em sua base de acionistas.

Pedido de instalação do Conselho Fiscal

Para fins do art. 4, da Resolução da CVM n.º 70, de 22 de março de 2022 (“RCVM 70”), o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento).

Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e na internet (ri.eternit.com.br/www.cvm.gov.br e www.b3.com.br) a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGO.

São Paulo, 31 de março de 2025.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente do Conselho de Administração

IV. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E PRAZOS

Participação virtual:

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGO, por meio da Plataforma, deverão acessar o link <https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxQjfFvKPxpbKKtihKAg9tfkfvlfWdfwJH88swWQbv6Qz> de pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 28 de abril de 2024 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação, tais como:

- (i) documento hábil à comprovação de identidade do acionista ou do seu representante: a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o passaporte e carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas, desde que contenham foto de seu titular;
- (ii) documentos comprobatórios de representação:

1. Pessoa Física Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica (idiomas: português, inglês ou espanhol) e demais documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física (idiomas: português, inglês ou espanhol), RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

2. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física;
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

3. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente e cartão do CNPJ;

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;
- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física;
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

4. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica (idiomas: português, inglês ou espanhol) e demais documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física (idiomas: português, inglês ou espanhol), RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista que regularize o seu cadastro pendente até às 11h00min do dia 29 de abril de 2025 (inclusive).

Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até as 18h da segunda-feira subsequente.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores devidamente habilitados, dentro das 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGO, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso (“Link de Acesso”) na Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação na AGO. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a AGO são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

Abaixo, tabela com as recomendações de uso da Plataforma, por meio de computador pessoal:

Feature	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+
Video (receive)	✓	✓	✓	✓
Video (send)	✓	✓	✓	✓
Audio (receive)	✓	✓	✓	✓
Audio (send)	✓	✓	✓	✓

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Feature	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+
Screen Share (receive)	✓	✓	✓	✓
Screen Share (send)	✓	✓	✓	✓
Render Multiple Videos	✓	✓	X	✓
Virtual Background	✓	X	X	✓
720p Video (receive)	✓	✓	✓	✓
720p Video (send)	✓	X	X	X
Share Chrome Tab Audio	✓	X	X	X
Chat	✓	✓	✓	✓
Closed Captioning	✓	✓	✓	✓
Live Transcription	✓	✓	✓	✓
Live Translation	✓	✓	✓	✓
Cloud Recording	✓	✓	✓	✓
Call Out (PSTN)	✓	✓	✓	✓
Share 2nd Camera	✓	✓	✓	✓
Command Channel	✓	✓	✓	✓
RTMP Live Streaming	✓	✓	✓	✓
Encryption	✓	✓	✓	✓
End-to-End Encryption (E2EE)	X	X	X	X

Ressaltamos que o uso da Plataforma não é compatível com tablets e smartphones.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou procurador venha a enfrentar que dificulte ou impossibilite sua participação na AGO.

Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

A Companhia informa, ainda, que a AGO será integralmente gravada.

O acionista que participar por meio da Plataforma será considerado presente na Assembleia e assinante da respectiva ata, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 47 da Resolução CVM 81/2022.

Qualquer dúvida relacionada aos Procedimentos Prévios e Prazos descritos neste item, favor contatar:

Saulo de Oliveira Martini – Relações com Investidores

E-mail: ri@eternit.com.br

Endereço: Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 – 8º Andar – CEP: 05423-040

Telefone: (11) 3817-1710 / (11) 3194-3881

At.: Eloahna B. A. Sá Freire – Jurídico

E-mail: eloahna.freire@eternit.com.br

V. INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO SOBRE A MATÉRIA OBJETO DE EXAME E DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

V.1. Detalhamento sobre as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária:

Nos termos do Artigo 132 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a Eternit deve promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária de acionistas uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

Todos os documentos obrigatórios, bem como adicionais, necessários para respaldar o entendimento e a tomada das decisões que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") estão disponíveis no site da Companhia (ri.eternit.com.br), bem como no sistema eletrônico na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na rede mundial de computadores.

Nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 81, a Companhia deve apresentar os seguintes documentos até 01 (um) mês antes da data da AGO:

- i. Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- ii. Cópia das Demonstrações Financeiras;
- iii. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência;
- iv. Parecer dos auditores independentes;
- v. Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver;
- vi. Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP;
- vii. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A da presente Resolução;
- viii. Parecer do comitê de auditoria;
- ix. Boletim de voto a distância; e
- x. Demais documentos pertinentes aos assuntos incluídos na Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, se houver, enumerados de forma expressa.

Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no site de Relações com Investidores (ri.eternit.com.br), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) todos os documentos relacionados acima.

Os itens iii e vii constam como anexos a esta Proposta da Administração.

A Companhia recomenda aos seus acionistas que examinem detalhadamente todos os documentos colocados à disposição pela Administração da Companhia, a fim de deliberarem acerca das matérias constantes da Ordem do Dia:

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024;

- Demonstrações Financeiras

As contas dos administradores são instrumentalizadas por meio das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (“DFs”).

As DFs expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social. Pela análise das DFs é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são compostas dos seguintes documentos: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado; e Notas Explicativas às informações contábeis. As Notas Explicativas acompanham as DFs e têm por finalidade complementar as mesmas, além de auxiliar sua análise e entendimento.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria não Estatutário (“COAUD”) em 10 de março de 2025, aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Administração e ratificadas pelo Conselho de Fiscal da Companhia em 11 de março de 2025.

- Relatório da Administração

O Relatório da Administração acompanha as DFs e contém informações de caráter financeiro e não financeiro, como informações operacionais, análise das principais contas da demonstração do resultado do exercício, informações relacionadas aos colaboradores, mercado de capitais, dentre outras.

- Relatório dos Auditores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes do Brasil (“BDO”) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e emitiu relatório sem ressalvas.

- Recomendação da Companhia aos seus acionistas

A Companhia recomenda aos seus acionistas que examinem detalhadamente todos os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024;

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Nos termos da Resolução CVM 81, a companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária, proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A, as quais constam do Anexo 2 à presente Proposta da Administração.

3. Deliberar sobre a distribuição de dividendos;

- Resultado do exercício

É o resultado das operações da Companhia auferido no exercício após as deduções da provisão para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 38.771 mil.

- Finalidade da destinação do resultado do exercício

A destinação do resultado do exercício consiste em determinar as parcelas do lucro líquido: (i) que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e estatutárias ou (ii) que serão distribuídas como dividendos.

A Administração da Companhia deverá apresentar à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, que deverá observar a seguinte ordem de dedução, conforme disposto no artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido reserva de incentivos fiscais, conforme a lei das sociedades anônimas e da constituição da reserva legal de 5% do lucro. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Se a situação financeira da Companhia não permitir a distribuição efetiva dos dividendos mínimos obrigatórios, o correspondente valor será registrado como reserva especial e, se não absorvida por prejuízos subsequentes, deverá ser paga como dividendos assim que permitir a situação da Companhia.

- Proposta da administração para destinação do resultado do exercício

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 38.771.210,80 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a Administração da Companhia propõe que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 38.771.210,80, seja destinado, à saber: (i) R\$ 7.933.367,17 a título de reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 1.938.560,54 a título de reserva legal; (iii) R\$ 1.938.560,54 a título de reserva estatutária; (iv) R\$ 19.212.695,28 a título de retenção para orçamento de capital; e (v) R\$ 7.748.027,27 a título a título de proventos para acionistas, sendo: R\$ 2.269.016,00 pagos em 30/09/2024, e R\$ 3.207.218,00 declarados no exercício de 2024, que serão pagos em 31/03/2025; e (vi) R\$ 2.271.792,91 a título de dividendos, que serão pagos sem atualização monetária em 30/09/25.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM nº 81 constam como anexo 2 a esta Proposta da Administração.

4. Fixar o montante da Remuneração Global a ser paga aos Administradores da Companhia, em relação ao exercício social de 2025.
 - Montante global e distribuição da remuneração anual dos administradores

Seguindo um critério de austeridade e buscando redução de despesas, o Conselho de Administração propõe uma redução de 20% na remuneração dos seus membros.

O montante global da remuneração anual dos administradores, conforme proposta da Administração da Companhia para o exercício de 2025, é de R\$ 13.440 mil, distribuído conforme quadro abaixo:

Nos termos do Artigo 13 da Resolução CVM nº 81, a Companhia disponibilizou aos acionistas: (i) a proposta de remuneração dos administradores; e (ii) as informações indicadas no item 8 do formulário de referência, as quais constam do Anexo 4 a esta Proposta e Manual.

Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros ⁽¹⁾	5,00	4,00	1,00	10,00
Nº de membros remunerados ⁽¹⁾	5,00	4,00	1,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.468.901,71	5.344.655,20	176.194,56	6.989.751,47
Benefícios direto e indireto	0	1.135.157,12	0	1.135.157,12
Participações em comitês	0	0	0	0

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Outros	0	233.322,24	0	233.322,24
Descrição de outras remunerações fixas		Contabiliza verbas rescisórias, em outros		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.585.276,67	0	4.585.276,67
Participação de resultados	0	0	0	0,00
Participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	496.305,22	0	496.305,22
Cessação do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.468.901,71	11.794.716,45	176.194,56	13.439.812,72

⁽¹⁾ Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Quantidade de conselheiros corresponde à média de membros considerados no ano.

VI. ANEXOS

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas pela Administração da Eternit, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024, foram disponibilizados no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br), no site da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.NET, em 11/03/2025, e publicados no jornal "Data Mercantil" e "Data Mercantil Online" ambos em 12/03/2025.

O formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP do exercício findo em 31/12/2024 foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br), no site da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.NET, em 11/03/2025.

A Companhia apresenta os demais documentos referentes às matérias que serão deliberadas:

ANEXO 1

2. COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**2.1 Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais****EXERCÍCIO SOCIAL CONSOLIDADO ENCERRADO EM 31/12/2024**

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

A Eternit encerrou o ano de 2024 registrando um Lucro Líquido de R\$ 38.7 milhões, contabilizados IRPJ/CSSL diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias da controladora de R\$ 28 milhões.

Segundo dados da ABRAMAT, o setor de materiais de construção no Brasil apresentou um desempenho favorável em 2024. Em comparação com novembro, dezembro apresentou alta de 0,4%. Na comparação com dezembro de 2023, foi registrado aumento de 8,3%.

No segmento de fibrocimento, core business da Companhia, as vendas de telhas totalizaram 633 mil toneladas em 2024, crescimento de 2,5% frente ao volume vendido em 2023. E, as vendas de sistemas construtivos apresentaram um expressivo crescimento de 20,0% no ano, evidenciando o potencial desse mercado, associado ao processo de industrialização da construção civil no país.

No segmento de fibra de crisotila, as exportações em 2024 totalizaram 169 mil toneladas, queda de 11,6% quando comparado com o volume exportado em 2023, a redução no volume de exportações se deve, principalmente, pela indisponibilidade de produto, fruto de problemas operacionais que impactaram de forma mais relevante as operações no primeiro semestre.

Diante deste cenário, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 2,9% contra o valor apurado em 2023. O EBITDA Recorrente somou R\$ 79,8 milhões, redução de 32,3% frente ao mesmo período do ano anterior.

O ano de 2024, foi marcado por um evento divisor de águas para a companhia: **a saída oficial da Recuperação Judicial** após seis anos. Com a estabilização da forma de pagamento dos credores da Classe I em agosto, a Eternit encerrou, definitivamente, este capítulo da sua história. Foi um período de grande aprendizado, no qual a Companhia sai ainda mais fortalecida e preparada para novos desafios.

Ao longo dos últimos cinco anos, a Eternit buscou de forma incessante alternativas para tornar mais competitiva a linha de produtos fotovoltaicos (Tégula Solar, Eternit Solar e Eternit Leaf). Essa

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

linha de produtos não se mostrou viável, mesmo depois de todos os esforços despendidos nesse objetivo, dessa forma, após uma análise criteriosa, a companhia decidiu descontinuar este segmento. Este movimento teve influência do mercado de placas fotovoltaicas oriundas da China, que historicamente vem reduzindo o preço de seus produtos de forma recorrente, afetando todo o mercado fotovoltaico nacional.

Encerramos o ano com um lucro líquido ajustado de R\$ 7,4 milhões e um EBITDA ajustado de R\$ 53,8 milhões, reflexo da retração do mercado, percebida como um todo no setor de construção, após o efeito favorável da pandemia para o segmento. Adicionalmente, as provisões para baixa dos ativos descontinuados da linha fotovoltaica também impactaram esses indicadores.

O ano de 2024 foi um ano de muitos desafios e grandes marcos históricos, o que nos renova para seguir construindo um futuro perene para a Eternit.

b) Estrutura de capital

	Consolidado - R\$ mil			
	2024		2023	
	R\$	%	R\$	%
Capital próprio	806.091	61,70	769.806	59,2
Capital de terceiros	<u>500.425</u>	<u>38,30</u>	<u>530.560</u>	<u>40,8</u>
Total	1.306.516	100,0	1.300.366	100,0

Na comparação de 2023 para 2024, o capital próprio da Companhia aumentou em R\$ 36.3 mil, decorrentes, principalmente, pela constituição de reservas de lucro (R\$ 23.090) e constituição de reservas de incentivos fiscais (R\$ 7.933). Para o lucro do exercício de R\$ 39 milhões, contribuíram: (i) desempenho financeiro e operacional nos segmentos de atuação da Companhia; e (ii) IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora no montante de R\$ 80 milhões, provisionados no balanço da Companhia, após reversão do ativo em 2019 pela expectativa de não recuperabilidade.

O capital de terceiros apresentou redução de R\$ 30.135 mil na comparação com 2023, principalmente, devido à contratação de linhas de crédito de curto prazo para fazer frente ao projeto da nova unidade de fibrocimento de Caucaia-CE. A Companhia encerrou o exercício de 2024 com endividamento líquido de R\$ 110 milhões, frente a uma posição de caixa líquida de R\$ 28 milhões registrado no encerramento de 2022. O aumento do endividamento líquido se deve às captações realizadas pela Companhia para fazer frente ao projeto *greenfiled* do Ceará.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia dará prosseguimento a todos os seus compromissos financeiros com prazos e procedimentos pré-definidos, inclusive as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores.

Desta forma, sua capacidade de pagamento aos compromissos financeiros assumidos, medida por meio do índice de liquidez corrente é de 1,8 em 2024 e 1,9 em 2023.

Os compromissos com instituições financeiras (financiamento oneroso) eram de R\$ 126.257 mil no encerramento do exercício de 2024 e de R\$ 142.297 em 2023, representando 15,6% do Patrimônio Líquido (“PL”) em 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287- 42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 4.960, junto ao Banco Daycoval S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado em 16 de janeiro de 2024;
- (iii) Seguro garantia, no montante de R\$ 6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 04 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 379, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 07 de novembro de 2023 a 10 de fevereiro de 2025;
- (v) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- (vi) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06 de maio de 2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 58.000;
- (vii) Seguro garantia, no montante de R\$ 689, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 07 de novembro de 2023 a 10 de fevereiro de 2025;
- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.069, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 07 de novembro de 2023 a 10 de fevereiro de 2025;
- (ix) Fiança Bancária, no montante de R\$ 342, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência até 29 de janeiro de 2025;
- (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.481, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, ATMO COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA., com vigência 01 de fevereiro de 2024 a 30 de janeiro de 2025;
- (xi) Seguro Garantia no montante de R\$ 520, junto a Pottencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº.16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (xii) Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104-

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

28.2020.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026;

- (xiii) Seguro Garantia no montante de R\$ 7.265, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Ação Anulatória nº 5104951-09.2022.8.09.0051, promovida contra FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS pelo tomador, em trâmite perante a 1ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO, com vigência de 22 de março de 2023 a 21 de março de 2028;
- (xiv) Garantia em duplicatas a receber (recebíveis) no Banco Daycoval de R\$ 12.000 para assegurar a operação de FINAME junto ao banco;
- (xv) Os veículos resultantes do CCE no Banco Sofisa no valor de R\$ 11.326 estão em garantia junto ao banco para assegurar a operação.
- (xvi) Os veículos a serem adquiridos do CCE no Banco Fibra no valor de R\$ 16.860 serão fornecidos em garantia junto ao banco para assegurar a operação.

d) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício encerrado em 31/12/2024, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) geração de caixa; e (ii) endividamento bancário de longo prazo através das linhas FINAME e CCE e de curto prazo através de antecipação de recebíveis de exportação (ACE).

A Diretoria entende que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos.

e) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

	Consolidado - R\$ mil	
	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	69.163	82.746
	-	-

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	57.094	59.551
Total	<u>126.257</u>	<u>142.297</u>

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração de caixa decorrente de suas atividades operacionais e da captação de recursos de terceiros junto a instituições financeiras.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:
(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia no exercício findo em 31/12/2024.

	31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional			
Para aquisição de máquinas equipamentos e serviços (i) e (ii)	3.910	21.676	25.586
Para capital de giro ACE (desconto de recebível) (iii)	45.553	-	45.553
Para aquisição de veículos (CCE) (v)	7.124	18.886	26.010
Para capital de giro e investimentos (FINAME) (iv)	12.576	16.532	29.108
Total moeda nacional	<u>69.163</u>	<u>57.094</u>	<u>126.257</u>

Em 2024, a dívida bruta no consolidado totalizou R\$ 126.257 milhões, sendo:

- A dívida bruta no valor de R\$ 25.586 apresentado no consolidado refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento, ou seja, 7% a.a. O saldo remanescente será pago em 78 parcelas e será liquidado no ano de 2031.
- As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial.
- 45.553 referem-se à antecipação de recebíveis em moeda estrangeira ACE – Adiantamento Sobre Cambiais Entregue para fazer frente aos projetos estratégicos e de capital de giro da Companhia, à uma taxa média de juros ponderada de 7,54% a.a.
- A dívida no valor de R\$ 29.108 apresentado na controladora refere-se ao FINAME realizado junto ao Banco Daycoval para fazer frente ao capital de giro da Companhia. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: Selic + SPREAD bancário de 4,80%

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

a.a. com carência de 12 meses do principal havendo apenas amortização de juros trimestrais no período. O saldo remanescente será pago em 48 meses.

- e) A dívida no valor de R\$ 26.010 apresentado no consolidado refere-se a linha de crédito CCE realizado junto aos bancos Sofisa e Fibra para aquisição de frota de caminhonetes e caminhões para a controlada Sama. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: CDI + SPREAD bancário de 4,907% a.a. e CDI + SPREAD bancário de 5,2825% a.a., respectivamente, com carência de 6 meses do principal havendo apenas amortização de juros mensais no período.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas já descritas no item “i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes”.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nos exercícios de 2024 e 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuíam quaisquer cláusulas específicas de subordinação.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui restrições impostas ao emissor, como cláusulas restritivas financeiras (“covenants”), distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário. A única restrição é em relação à alienação de ativos incluídos no Plano de Recuperação Judicial.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Empréstimos e Financiamentos

Consolidado - R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	69.163	82.746
Não Circulante	57.094	59.551
TOTAL	126.257	142.297

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Em 2024, a dívida bruta foi composta da seguinte maneira:

A dívida bruta referente ao ano de 2024 foi composta da seguinte forma: (i) R\$ 25.586 mil decorrente do financiamento junto ao Banco da Amazônia, (ii) R\$ 29.108 mil relativo ao financiamento junto ao Banco Daycoval (linha FINAME); (iii) R\$ 26.010 mil refere-se a linha de crédito CCE realizado junto ao Banco Sofisa para aquisição de frota de caminhonetes e caminhões para a controlada Sama; e (iii) R\$ 45.553 mil em desconto de recebíveis de exportação (ACE – Adiantamento sobre Cambiais de Exportação).

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais variações nas rubricas do balanço patrimonial foram comentadas nos itens 2.1 (a) e (b).

2.2 Resultado Operacional e Financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As principais variações nas demonstrações de resultado do respectivo exercício são comentadas a seguir:

	Consolidado - R\$ mil		Variã o
	2024	2023	%
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.407.858	1.373.599	2%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-246.106	-244.386	1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.161.752	1.129.213	3%
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-913.939	-838.412	9%
LUCRO BRUTO	247.813	290.801	-15%
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas*	-115.765	-115.423	0%
Gerais e administrativas e Remuneração da Administração	-96.759	-96.763	0%
Resultado financeiro líquido	-19.161	-11.934	61%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.517	-3.719	-141%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.645	62.962	-72%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21.175	64.259	-67%

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.820	127.221	-69%
Acionistas não controladores	-49	-40	23%
LUCRO LÍQUIDO EX NÃO CONTROLADORES	38.771	127.181	-70%

- Receita operacional líquida:

A receita líquida atingiu R\$ 1,2 bilhão em 2024, registrando um crescimento de 2,9% frente ao resultado de 2023.

O segmento de fibrocimento encerrou o 4T24 com uma margem bruta de 11,9%, retração de 7,0 p.p. em relação ao 4T23, redução atribuída à contração das margens causadas pelo excesso de oferta no setor, somada aos custos da operação da planta de Caucaia, incluindo custos de mão-de-obra correspondentes à formação das equipes, serviços e depreciação por entrada em operação deste e outros projetos relevantes nas demais unidades. Tanto a receita no mercado interno quanto no mercado externo cresceu frente aos mesmos períodos de 2023. Destaque para o efeito favorável do câmbio no segmento de crisotila que mitigou o volume inferior.

- Lucro bruto:

Em 2024, o lucro bruto somou R\$ 248 milhões, contra R\$ 291 milhões quando comparado com o mesmo período de 2023, reflexo da compressão das margens observadas no segmento de fibrocimento, como destacado anteriormente

- Despesas Operacionais:

Despesas com vendas: somaram R\$ 115 milhões em 2024, mantendo-se estável em comparação com o mesmo período do ano anterior, mesmo com a manutenção dos gastos, a Companhia intensificou os investimentos em Marketing, na ordem de 50% frente a 2023.

Despesas gerais e administrativas: as despesas administrativas totalizaram R\$ 96,8 milhões, permanecendo em linha com o mesmo período do ano anterior, a despeito de uma inflação de 4,83% no ano, demonstrando o compromisso da companhia na busca de eficiências.

Outras (receitas)/despesas operacionais: totalizaram uma receita de R\$ 1,5 milhões, favorecida, principalmente, pela alienação do terreno de Goiânia com uma receita de R\$ 20,5 milhões, revisão de prognósticos de processos trabalhistas e menor despesas por indenizações, mitigando os efeitos da descontinuidade da operação da linha de produtos fotovoltaicos no valor de R\$ 17,1 milhões.

- Resultado financeiro líquido:

No encerramento de 2024, o resultado financeiro líquido, após variação cambial e outras despesas, totalizou uma despesa de R\$ 19,7 milhões, aumento de R\$ 7,2 milhões frente a 2023.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

A receita líquida da Companhia foi distribuída da seguinte forma:

CONSOLIDADO - R\$ mil				
	2024	%	2023	%
Fibrocimento	758.288	65	743.462	66
Mineral crisotila	384.760	33	364.246	32
Telhas de concreto	17.880	1,5	18.768	2
Outros	824	0,1	2.737	0
Total	1.161.752	100	1.129.213	100
Mineral Crisotila				
Mercado Interno	0	0	0	0
Mercado Externo	384.760	100	364.246	100

Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas e peças complementares, sistemas construtivos e a fibra de polipileno.

Mineral crisotila: inclui a extração, beneficiamento e exportação do mineral crisotila.

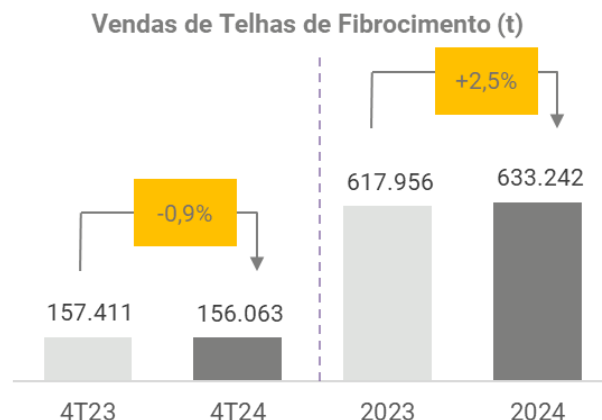
Telhas de concreto: inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Eternit – Segmento Fibrocimento

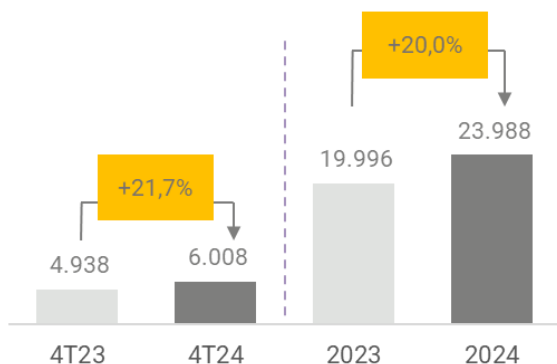
No 4T24, as vendas de telhas de fibrocimento permaneceram estáveis, totalizando 156 mil toneladas, contra 157 mil toneladas no mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano, as vendas totalizaram cerca de 633 mil toneladas, registrando um crescimento de 2,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Vendas da Sistemas Construtivos (t)



Eternit - Sistemas Construtivos

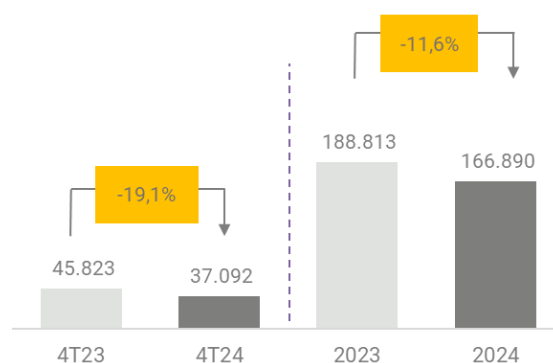
As vendas de placas cimentícias e painéis totalizaram 6,0 mil toneladas no 4T24, representando um crescimento de 21,7% frente ao 4T23.

No consolidado de 2024, as vendas somaram aproximadamente 24 mil toneladas, superando em 20,0% o mesmo período de 2023, resultados esses atribuídos ao foco da Companhia nessa linha de produtos e confirmando seu potencial de crescimento.

Sama – Segmento Mineral Crisotila

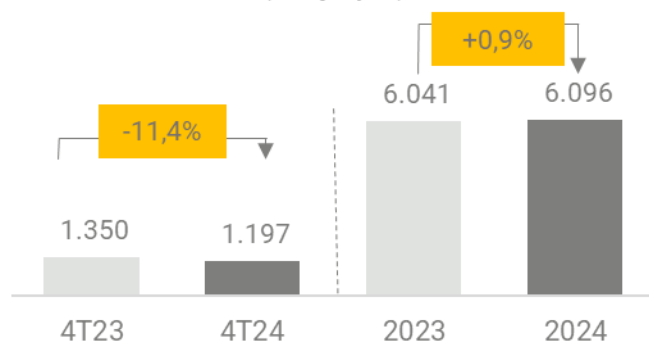
No 4T24, as exportações de fibra de Crisotila somaram 37 mil toneladas, retração de 19,1% em relação ao 4T23. O consolidado de 2024, totalizou cerca de 167 mil toneladas, redução de 11,6% frente a 2023. A redução no volume de exportações se deve, principalmente, a indisponibilidade de produto, fruto de problemas operacionais na linha de beneficiamento que impactaram as operações de mineração de crisotila. Toda produção da fibra crisotila é destinada exclusivamente ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.

Vendas de Mineral Crisotila (t)



Tégula – Segmento Telhas de Concreto

Vendas de Telhas de Concreto (mil peças)



No 4T24, as vendas de telhas de concreto registraram um volume de 1,2 milhão de peças, redução de 11,4% quando comparado ao 4T23.

No acumulado do ano, o volume de vendas se manteve em linha com o mesmo período de 2023 totalizando 6,1 milhões de telhas.

c) Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Seguem abaixo as principais taxas indexadoras presentes em nosso plano de negócios, dos últimos dois exercícios sociais:

- i. Os contratos de prestação de serviços são preferencialmente atualizados pelo IPCA, porém alguns utilizam o IGPM como indexador.
- ii. A massa salarial é atualizada pela pesquisa de mercado Hay e INPC.
- iii. Os insumos e matérias-primas são atualizados por negociação de mercado.
- iv. Taxas de câmbio: A Companhia possui ativos (predominantes) e passivos em moeda estrangeira e realiza o controle da exposição cambial, visando seu equilíbrio.
- v. Taxas indexadoras do Plano de Recuperação Judicial: (i) 7% aa para o credor de classe II (ii) demais credores sem atualização monetária.

Adicionalmente, a Companhia adquire matérias-primas com preços denominados em dólar americano, a saber: resina de polipropileno, para produção de fibra de polipropileno, e celulose branqueada, para produção de telha de fibrocimento.

2.3 Os diretores devem comentar**a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não foram identificadas novas normas e interpretações emitidas e alterações não adotadas pela Administração da Companhia, que possam ter impacto no seu resultado ou patrimônio líquido.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 2024 não apresentou ressalvas.

Ênfase**Uso no passado e Operação de Exportação de Amianto**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia, tendo sido constituída a respectiva provisão para perda,

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

conforme divulgado na referida nota explicativa. A realização destes valores provisionados dependerá das decisões do Poder Judiciário.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 33, a controlada SAMA S.A. – Minerações Associadas (“Controlada”), responsável por 32% do faturamento consolidado do Grupo, atua no setor de exportação de Amianto, que enfrenta riscos regulatórios que podem ou não comprometer as suas atividades e, conseqüentemente, a capacidade da Controlada de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

Nossa conclusão não está modificada em relação aos assuntos acima.

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foi realizado a constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF), tendo sido julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e conseqüente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos onze ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada, por maioria de votos, a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, no início de dezembro de 2017, o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas Sama (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando através da utilização da fibra sintética de polipropileno (PP) produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a fibra crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra mineral de crisotila no mercado nacional, direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo Superior Tribunal Federal (“STF”) do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração, opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Em relação à controlada Precon, fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral em seu processo produtivo, teve a sua unidade fabril descontinuada em função da proibição do uso do mineral crisotila na fabricação de telhas no território nacional. Nesse sentido, a Administração da Companhia decidiu pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia-GO e Colombo-PR, visando aumento na capacidade produtiva destas unidades e pela alienação do seu terreno.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518. Dessa forma, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 6.200) proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra a referida lei goiana.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Em junho de 2023, as ADIs nº 3.406 e nº 3.470, ajuizadas pela CNTI, mencionadas acima, transitaram em julgado, tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal 9055/95, com efeitos nacionais, o que em nada impacta nas atividades de exportação da Sama, uma vez que as mesmas estão amparadas pela Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

2.5 Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 156/22, de 23 de junho de 2022, conforme alterada (Instrução CVM 156/22).

O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

O EBITDA Recorrente consiste no EBITDA ajustado por eventos não recorrentes.

A Margem EBITDA e EBITDA Recorrente é calculada pela divisão do EBITDA e EBITDA Recorrente pela receita líquida.

O EBITDA e o EBITDA Recorrente não são uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2024	2023
Lucro líquido do período	38.820	127.221
Imposto de renda e Contribuição social	-21.175	-64.259
Resultado Financeiro Líquido	12.817	11.934
Depreciação e amortização	51.213	37.652
EBITDA	81.675	112.548
Eventos não recorrentes	-1.834	5.447
EBITDA Recorrente	79.841	117.995
Receita Líquida	1.161.752	1.129.213
Margem EBITDA Recorrente	7%	10%

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

A Companhia entende que, apesar de não serem indicadores contábeis, bem como isoladamente não terem eficácia na avaliação da rentabilidade das operações do Grupo, oferecem uma visão geral da lucratividade operacional dos negócios.

2.6 Destinação dos Resultados

	2025
Regras sobre retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia estabelece as seguintes regras sobre retenção de lucros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. (ii) uma parcela poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser destinada à formação de Reservas para Contingências, nos termos do artigo 195, da Lei nº 6.404/76. (iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social. (iv) uma parcela do lucro líquido do exercício poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, observados os requisitos e limites legais. (v) feitas tais destinações, o saldo remanescente será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório (vinte e cinco por cento), observado o disposto no artigo 32, do presente Estatuto Social; (vi) Após tais destinações, havendo ainda saldo, remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. <p>Parágrafo único. O pagamento de dividendos aprovados em Assembleia Geral será efetuados dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva ata.</p>
Valores das retenções de lucros	<p>Reserva de Subvenção de investimentos: R\$ 7.933 mil Reserva Legal: R\$ 1.939 mil Reserva Estatutária: 1.939 mil Retenção para Orçamento de Capital: R\$ 19.213 mil</p> <p>A título de Juros sobre Capital Próprio:</p> <p>R\$ 5.476 mil, sendo: (i) R\$ 2.269 mil declarados em 06/08/2024 e pagos em 30/09/2024 e (ii) R\$ 3.207 mil declarados em 05/11/2024 a serem pagos em 30/03/2025.</p> <p>A título de Dividendos:</p> <p>R\$ 2.272 mil declarados em 11/03/2025 e a serem pagos sem atualização monetária em 30/09/2025, mediante aprovação da Assembleia Geral.</p>

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

	<p>Assim a Eternit declarou proventos no valor bruto de R\$ 7.748 mil referentes ao exercício de 2024, representando uma remuneração bruta de R\$ 0,13/por ação.</p>
<p>Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Reserva de Subvenção de investimentos: 20% Reserva Legal: 5% Reserva Estatutária: 5% Retenção para Orçamento de Capital: 50% Juros sobre Capital Próprio: 14% Dividendos: 6%</p>
<p>Regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>Conforme alínea VI do artigo 30 do estatuto social da Eternit, após as retenções das alíneas I, II, III, IV e V descritas no item (a), o lucro será integralmente destinado ao pagamento de dividendos.</p> <p>Artigo 31. Os acionistas da Companhia têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma da lei. Nos exercícios sociais em que não se justificar, ou não houver necessidade de constituição das reservas de que trata a alínea ("ii"), do artigo 30 deste Estatuto, a parcela dos lucros para a qual não houver destinação específica será distribuída como dividendos.</p> <p>§1°. O dividendo previsto no presente artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre essa informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia Geral.</p> <p>§2°. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1° do presente artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir. A Companhia tem por prática pagar dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio de acordo com os limites legais, os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
<p>Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Conforme Política aprovada pelo Conselho de Administração, os Juros Sobre o Capital Próprio relativos aos resultados do primeiro, segundo e terceiro trimestres, limitados a 25% do resultado a distribuir, de acordo com o Dividendo Mínimo Obrigatório, serão declarados e pagos conforme descrito abaixo:</p> <p>1º trimestre: Declaração até 15 de maio com pagamento até o último dia útil do mês de setembro do ano em vigor;</p> <p>2º trimestre: Declaração até 15 de agosto com pagamento até o último dia útil do mês de setembro do ano em vigor.</p> <p>3º trimestre: Declaração até 15 de novembro com pagamento até o último dia útil do mês de março do ano subsequente ao resultado auferido.</p> <p>4º trimestre: Declaração até o dia 30 de dezembro com pagamento até o último dia útil do mês de março do ano subsequente ao resultado auferido.</p>

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

<p>Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>As únicas restrições baseadas no artigo 30 do estatuto social da Companhia foram descritas no item (a), alíneas I, II, III e IV. Para os casos de restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, não se aplicam.</p>
<p>Se a Companhia possui política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede</p>	<p>Tipo: Política de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração. Data de Aprovação: 30/06/2022 Locais onde o documento pode ser consultado: Website de RI da Companhia (ri.eternit.com.br) e nos sistemas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).</p>

2.7 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- (iii) contratos de construção não terminada**
- (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta e indiretamente, que não estejam descritos em seu balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta e indiretamente, que não estejam descritos em seu balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta e indiretamente, que não estejam descritos em seu balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

2.9 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2024 a Companhia realizou investimentos voltados à continuidade operacional e a conclusão de projetos estratégicos que já estavam em andamento, a exemplo da ampliação de Manaus, do greenfield de Caucaia/CE e da modernização da planta de Hortolândia/SP, adicionalmente, foram investidos R\$ 14,3 milhões na renovação de parte da frota da operação de mineração de crisotila e 6 milhões em sistemas de gestão, entre eles, a migração para o SAP 4/Hana e na implementação do novo sistema de gestão industrial (PC Factory).

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Em linha com o que ocorreu em 2024, para 2025 são previstos majoritariamente investimentos em continuidade operacional, porém planeja-se realizar investimentos estratégicos na drenagem/ bombeamento das cavas da mineração de crisotila e na ampliação do portfólio de sistemas construtivos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Em decorrência do patamar inferior de investimentos realizados, a Companhia não realizou grandes captações no decorrer de 2024, destaca-se apenas a linha de crédito do tipo CCE no valor R\$ 16,9 milhões destinada a aquisição de veículos para a renovação de parte da frota da mineração de crisotila.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Linha de produtos fotovoltaicos

Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 11 de março de 2025, e em consonância com a deliberação do conselho de administração, foi decidido a descontinuidade da linha de produtos fotovoltaicos.

Ao longo dos últimos cinco anos, a Eternit buscou de forma incessante alternativas para tornar mais competitiva a linha de produtos fotovoltaicos (Tégula Solar, Eternit Solar e Eternit Leaf). Essa linha de produtos não se mostrou viável, mesmo depois de todos os esforços despendidos nesse objetivo, dessa forma, após uma análise criteriosa, a Companhia decidiu descontinuar este segmento. Este movimento teve influência do mercado de placas fotovoltaicas oriundas da China, que historicamente vem reduzindo o preço de seus produtos de forma recorrente, afetando todo o mercado fotovoltaico nacional.

Os impactos financeiros decorrentes dessa decisão já estão refletidos nos resultados de 31 de dezembro de 2024, na linha de Outras receitas e despesas, totalizando R\$ 17,1 milhões, com redução dos valores de ativo imobilizado, estoques, provisão para garantias e indenizações.

A Companhia segue comprometida com olhar para novas tendências do setor de construção, a exemplo de sua atuação no segmento de Sistemas Construtivos com produtos para construção a seco.

Unidades inoperantes

A Companhia está disponibilizando para leilão o imóvel da Tegula Içara/SC.

- b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Para o ano de 2025 não há planejamento de aquisições que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

No segmento de sistemas construtivos estão sendo feitos investimentos na ampliação do portfólio com a possibilidade de produzir produtos customizáveis com soluções específicas para cada cliente, atingindo mercados que a Companhia não atuava até então.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A pesquisa e o desenvolvimento dos novos produtos foi realizada por recursos internos, equipe de engenharia e P&D.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Projeto da cortadeira de placas e adaptação da máquina Hatschek (H54) para a produção do produto "Placa piso".

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Foram investidos R\$ 2,5 milhões até o momento, com a expectativa de atingir o total de R\$ 5 milhões até o final de 2025.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As questões ambientais, sociais e de governança são premissas relevantes para a Eternit que norteiam suas operações e estratégias. Esses conceitos têm se consolidado cada vez mais na prática como ferramenta de apoio à decisão, impactando os rumos da companhia e contribuindo para a liderança da empresa nos setores em que está presente.

Em 2024, o Comitê de ESG deu continuidade a implantação de ações decorrentes da autoavaliação realizada em 2023 com base no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. As ações implantadas visam alavancar o desempenho do negócio em diferentes áreas. Um dos pontos focais de atuação da Eternit no período foi a mensuração dos indicadores ambientais e sociais de performance.

Os projetos lançados partem de uma criteriosa avaliação da infraestrutura das plantas industriais e das etapas de operação da Eternit. Por meio de mapeamento e estruturação de

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

dados, os times identificam frentes e acompanham dados de evolução dos índices dentro dos valores ESG. Inclusive, a Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007, que atualmente mobiliza mais de 14 mil lideranças corporativas em 160 países, e apoiadora das Metas do Milênio por meio dos 17 ODS.

Ainda no campo ambiental, a empresa retomou a elaboração do inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE), como um passo para a construção de uma Política de Mudanças Climáticas. Com o suporte de empresa de consultoria, deu início à revisão de sua Matriz de Materialidade – conjunto de temas prioritários para o negócio, que servirá de base para o Relatório Anual de Sustentabilidade, com lançamento previsto para junho de 2025.

Em 2025, a Companhia está contratando uma consultoria para realizar um diagnóstico de ESG, se antecipando as normas S1 e S2 do IFRS obrigatórias a partir de 2026.

2.10 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens desta seção.

ANEXO 2

ANEXO A
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**1. Informar o lucro líquido do exercício**

A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 38.771 mil (trinta e oito milhões, setecentos e setenta e um mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados**A título de Juros sobre Capital Próprio:**

R\$ 5.476 mil, sendo: (i) R\$ 2.269 mil declarados em 06/08/2024 e pagos em 30/09/2024 e (ii) R\$ 3.207 mil declarados em 05/11/2024 a serem pagos em 30/03/2025.

A título de Dividendos:

R\$ 2.272 mil declarados em 11/03/2025 e a serem pagos sem atualização monetária em 30/09/2025, mediante aprovação da Assembleia Geral.

Assim a Eternit declarou proventos no valor bruto de R\$ 7.748 mil referentes ao exercício de 2024, representando uma remuneração bruta de R\$ 0,13/por ação.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuídos de dividendos e JCP líquido do exercício é de 25%.

Destinação do Lucro 2024 - R\$mil	
Lucro do exercício	38.771
(-) Deduções (Lei S.A)	(9.872)
Reserva de incentivos fiscais	(7.933)
Reserva legal (5%)	(1.939)
Lucro à destinar após reservas	28.899

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Ações Ordinárias/JCP bruto = R\$ 0,08883 por ação;
Ações Ordinárias/JCP líquido = R\$ 0,08034 por ação;
Ações Ordinárias/Dividendos = R\$ 0,03685 por ação;

Ações Ordinárias/(JCP líquido + Dividendos) = R\$ 0,11719 por ação;
Ações Ordinárias/(JCP bruto + Dividendos) = R\$ 0,12568 por ação;

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

JCP: (i) R\$ 2.269 mil declarados em 06/08/2024 e pagos em 30/09/2024 e (ii) R\$ 3.207 mil declarados em 05/11/2024 a serem pagos em 30/03/2025.

Dividendos: R\$ 2.272 mil declarados em 11/03/2025 e a serem pagos sem atualização monetária em 30/09/2025, mediante aprovação da Assembleia Geral.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Juros sobre Capital Próprio relativos ao 2º trimestre de 2024: R\$ 2.269 mil (declaração em 06/08/2024, data ex-provento 12/08/2024);

Juros sobre Capital Próprio relativos ao 3º trimestre de 2024: R\$ 3.207 mil (declaração em 05/11/2024, data ex-provento 11/11/2024);

Dividendos relativos ao exercício de 2024: R\$ 2.272 mil (declaração em 11/03/2025, data ex-provento 18/03/2025);

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Espécie de ação	Data da deliberação	Provento	Valor Declarado*	Valor por Ação*	Data de pagamento
ON	06/08/2024	JCP	2.269.016,00	0,036805	30/09/2024
ON	05/11/2024	JCP	3.207.218,00	0,052023	31/03/2025

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2024	2023	2022
Lucro/Prejuízo incluindo minoritários	38.771	127.181	137.602
Valor em R\$ por ação	0,6145	2,0606	2,2278

**Valores expresso em milhares de reais*

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2024	2023	2022
Dividendos/JCP - referente às Ações Ordinárias*	R\$ 7.748	R\$ 30.806	R\$ 37.622

**Valores expresso em milhares de reais.*

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

O valor destinado a reserva legal totalizou R\$ 1.939 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, foram destinados 5% do lucro líquido para constituição da Reserva Legal, que não excedeu 20% do capital social da Companhia.

Lucro Líquido: R\$ 38.771 mil x 5% = R\$ 1.939 mil

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos****b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável. A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

“Artigo 30. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições legais aplicáveis e o previsto no presente Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, respeitada a seguinte ordem de dedução:

- (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;
- (ii) uma parcela poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser destinada à formação de Reservas para Contingências, nos termos do artigo 195, da Lei nº 6.404/76;
- (iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social;
- (iv) uma parcela do lucro líquido do exercício poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, observados os requisitos e limites legais;
- (v) feitas tais destinações, o saldo remanescente será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 32, do presente Estatuto Social;
- (vi) Após tais destinações, havendo ainda saldo, remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas.

Parágrafo único. O pagamento de dividendos aprovados em Assembleia Geral e a distribuição das ações provenientes de aumento de capital serão efetuados dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva ata.

“Artigo 31 - Os acionistas da Companhia têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma da lei. Nos exercícios sociais em que não se justificar, ou não houver necessidade de constituição das reservas de que trata a alínea (“ii”), do artigo 30 do Estatuto, a parcela dos lucros para a qual não houver destinação específica será distribuída como dividendos.

- 1º. O dividendo previsto no presente artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre essa

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia Geral.

- 2°. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1° do presente artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir. ”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, conforme prevê o estatuto social da Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve montante de dividendo retido no exercício de 2023.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingência no exercício de 2024.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme artigos 30 (iii) e 32 (1° a 3°), do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício será destinado para reserva estatutária de Manutenção do Capital de Giro.

“Artigo 30. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições legais aplicáveis e o previsto no presente Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, respeitada a seguinte ordem de dedução:

(...)

(iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social; (...).”

“Artigo 32. A Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro tem por finalidade assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais da Companhia.

- 1°. Serão destinados à constituição da Reserva de Manutenção do Capital de Giro, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, obedecida a ordem de dedução prevista em lei e pelo presente Estatuto Social.

- 2°. A formação da Reserva Estatutária de Manutenção de Capital de Giro não ultrapassará 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.

- 3°. A destinação dos lucros para a constituição da Reserva Estatutária de Manutenção de Capital de Giro não prejudicará o pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas da Companhia.”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 1.939 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

Lucro Líquido do exercício: R\$ 38.771 mil * 5% = R\$ 1.939 mil

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

R\$ 19.212 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Nos termos do artigo 196, parágrafo 2º da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, parágrafo 1º, inciso IV da Resolução CVM nº 80/2022, apresentamos a proposta de orçamento de capital para o exercício 2025 no valor de – R\$ 10.102.080,85, conforme projeções financeiras para o exercício de 2025.

(+) Origens (A)	R\$ 220.007.287,60
Operações e Participações:	R\$ 181.625.431,56
Desinvestimentos	R\$ 38.381.856,04
(-) Aplicações (B)	R\$ 230.109.368,45
Capex e Saídas Operacionais:	R\$ 185.809.125,40
Serviço da Dívida:	R\$ 44.300.243,05
(=) (+) Origens (A) - (-) Aplicações (B)	-R\$ 10.102.080,85
(=) Orçamento de Capital	-R\$ 10.102.080,85

Diante do orçamento de capital deficitário e do grau de incerteza correspondente a realização dos desinvestimentos planejados, recomendamos que a distribuição dos proventos não exceda o limite mínimo obrigatório de 25%.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R\$ 7.933 mil.

b. Explicar a natureza da destinação

A reserva de incentivos fiscais se refere as subvenções governamentais do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (“Produzir”), do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (“Desenvolve”), da Lei Complementar 160 e do Lucro da Exploração através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A reserva de incentivos fiscais poderá ser destinada para subvenção de investimentos nas unidades industriais de fibrocimento ou para possível aumento de capital social da Companhia.

ANEXO 4

Atendendo ao disposto no artigo 13, incisos I e II da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, a

Companhia vem disponibilizar as seguintes informações:

Informações do item 8 do formulário de referência.

Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores Eternit (“Companhia”) disponível no site de Relações com Investidores (ri.eternit.com.br), contemplando os membros do Conselho de Administração e Diretores, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2006, com revisões em 2017 e 2022 estando em linha com as melhores práticas de governança corporativa, considerando o porte da empresa, as práticas de mercado e a qualidade de recursos humanos.

A remuneração da Administração é composta pelas parcelas fixa e variável, estabelecidas de acordo com pesquisas de mercado e a metodologia Hay, observando a consistência interna da empresa, competitividade externa, motivação profissional e transparência administrativa. A existência da prática de remuneração variável, entre curto e longo prazo, permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos e conselheiros, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

A empresa conta com especialistas na área de Recursos Humanos que analisam e estruturam a política de remuneração fixa e variável a ser adotada e submete ao Comitê ESG e de Recursos Humanos e à aprovação posterior do Conselho de Administração. Quando necessário o Conselho de Administração conta com o apoio de empresas de consultoria especializada.

ii. Critérios e metodologia utilizada para fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

A política de remuneração está estruturada formalmente utilizando a metodologia Hay para a descrição, análise e determinação do peso de cada executivo. O valor da remuneração é resultado de pesquisas de mercado e limites da situação econômico-financeira da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Como regra geral, seu posicionamento é manter a remuneração dentro da Mediana do Mercado, comparadas através de pesquisas salariais periódicas.

iii. Com que Frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, e sempre que necessário, a área de Recursos Humanos apresenta para o Conselho de Administração uma análise da remuneração dos administradores, com base na avaliação de desempenho do Diretor, pesquisa de mercado e nos limites da situação econômico-financeira da Companhia, propondo ajustes se necessários.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

☒ seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa. O conselheiro receberá uma remuneração mensal fixa paga até o último dia de cada mês e podendo ser corrigida anualmente. A remuneração variável (não prevista para 2025) é integralmente de longo prazo, que tem como objetivo estimular a atuação e o comprometimento do Conselheiro para o melhor desempenho do Grupo Eternit, é apurada com base em múltiplos da remuneração fixa, condicionada ao cumprimento integral do mandato e atingimento de meta de Lucro Líquido da Companhia, sendo paga através da conversão do valor apurado em ações ETER3 adquiridas pela Eternit no mercado e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*, conforme detalhado em documento próprio (Contrato de outorga de ações)

O Presidente do Conselho de Administração recebe um valor diferenciado na sua remuneração fixa equivalente a um adicional de 50% frente à remuneração dos demais conselheiros. Todos os membros do Conselho possuem o mesmo múltiplo de remuneração fixa utilizado para o cálculo da remuneração variável (não prevista para 2025).

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. O diretor receberá uma remuneração mensal fixa paga até o último dia de cada mês e corrigida anualmente com base na avaliação do desempenho pretérito do diretor e pesquisa de mercado utilizando a metodologia de pontos Hay e nos limites da situação econômico-financeira da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

A parte variável do diretor é composta por uma parcela de curto prazo e outra de longo prazo, de acordo com o atingimento de metas e resultados definidos pelo Conselho de Administração.

O bônus de incentivo anual, de curto prazo, será calculado sobre a remuneração de dezembro do respectivo ano e pago ao diretor em parcela única, após

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

apuração das metas e resultados e aprovação dos resultados do exercício na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Exceções de pagamento antes da AGO poderão ser aprovados pelo Conselho de Administração, justificadamente.

O bônus de incentivo trienal, de longo prazo, será devido e apurado anualmente, com base na remuneração de dezembro do ano da apuração do diretor e de acordo com as metas definidas em documentos próprios, e pago até o final do mês de abril do 3º (terceiro) ano subsequente ao ano da apuração e após a aprovação dos resultados em Assembleia Geral Ordinária (AGO), sendo que 50% do valor líquido de impostos deste bônus, deverá ser utilizado para aquisição de ações da Companhia, através de uma corretora de mercado, devendo o diretor comprovar a aquisição das ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que foi efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

O Conselho de Administração poderá, excepcional e justificadamente, alterar as regras de pagamento do bônus de incentivo trienal, incluindo, mas sem se restringir a, antecipar parte do bônus ou acumular as métricas de curto e de longo prazos.

Não ocorrendo o atingimento das metas e resultados definidos, não haverá pagamento destes bônus, e em caso de não atingimento integral, mas dentro do mínimo estabelecido, o pagamento será proporcional ao resultado atingido.

Esta prática faz com que os Diretores compartilhem o risco e o resultado com a Companhia, permitindo assim um maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelo resultado do ano, no caso de atingimento das metas estipuladas para o período. Ocorrendo a renúncia, destituição ou o afastamento do Diretor do seu cargo de Administrador, por motivo imputado ao mesmo, ficará encerrado e caducará, na data de tal evento, o direito do Diretor ao bônus de incentivo variável trienal em relação ao qual não se tenha completado o respectivo período trienal. Apenas o bônus de incentivo anual variável relativo ao ano calendário em que se verificar esse evento de desligamento, se devido, será apurado proporcionalmente aos meses desse mesmo ano em que o Diretor tenha permanecido no seu cargo, para pagamento até o final do mês de abril do ano subsequente e após a aprovação dos resultados em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros da diretoria têm direito aos benefícios diretos e indiretos, compreendidos por: assistência médica e odontológica, seguro de vida, check-up anual, veículo, entre outros.

Os membros da diretoria têm direito ao benefício pós-emprego, o qual se refere à previdência privada. Os valores são descritos nos itens 8.2 e 8.14 desta proposta.

A Companhia conta com a área de Recursos Humanos que analisa em conjunto com o Comitê ESG e de Recursos Humanos a política de remuneração fixa e variável a ser adotada e submete, posteriormente, para aprovação do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Desde 2013, a Companhia possui Conselho Fiscal, de forma não permanente, nos termos do artigo 161 da Lei 6.404.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da média da remuneração atribuída aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação, bônus e ou participação nos lucros. Não há diferenciação na remuneração entre o Coordenador e demais membros do Conselho Fiscal.

A remuneração será apurada e paga mensalmente aos membros do Conselho Fiscal e o crédito em conta ocorrerá no último dia útil do mês.

As despesas necessárias ao comparecimento às reuniões ou ao desempenho das funções dos membros do Conselho Fiscal, titular e suplente (quando convocado), são ressarcidas pela Companhia, na forma das disposições legais vigentes, mediante a apresentação dos comprovantes de despesas.

Comitês

Todos os membros dos Comitês da Companhia que são administradores ou colaboradores não recebem remuneração adicional pelo fato de participarem dos Comitês.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2024

2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	45,93%	100,00%	47,34%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,77%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	54,07%	0,00%	42,59%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,29%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2023

2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	46,16%	100,00%	47,14%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,36%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	53,84%	0,00%	43,15%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,35%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2022

2022	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	43,55%	100,00%	50,15%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,13%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	56,45%	0,00%	40,10%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração Variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,62%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Esses percentuais podem variar em função de mudanças da política de remuneração varável da Companhia no período.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma a aferir a sua competitividade e, se necessário, realizar reajuste ou adequação em algum dos componentes da remuneração.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Para a determinação dos itens de remuneração variável são levados em consideração o desempenho de cada Diretor através dos resultados atingidos em indicadores financeiros, estratégicos e operacionais, com prevalência do indicador financeiro EBITDA. A remuneração variável está diretamente atrelada ao cumprimento das metas anuais da Companhia, negociadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração:

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total dos administradores nos componentes variáveis, com uma política de compartilhamento do risco e resultado da Companhia.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Todos os membros da Administração são remunerados.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros ⁽¹⁾	5	4	1	10
Nº de membros remunerados ⁽¹⁾	5	4	1	10
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.468.901,71	5.344.655,20	176.194,56	6.989.751,47
Benefícios direto e indireto	0	1.135.157,12	0	1.135.157,12
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	233.322,24	0	233.322,24
Descrição de outras remunerações fixas		Contabiliza verbas rescisórias, em outros		
Remuneração variável				
Bônus	0	4.585.276,67	0	4.585.276,67
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	496.305,22	0	496.305,22
Cessaçã do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação				
Total da remuneração	1.468.901,71	11.794.716,45	176.194,56	13.439.812,72

⁽¹⁾ Quantidade de conselheiros corresponde à média de membros considerados no ano.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.578.579,92	5.338.065,87	388.563,35	7.305.209,14
Benefícios direto e indireto	0	644.347,11	0	644.347,11
Participações em comitês	0	0	0	0,00
Outros	0	203.274,70	0	203.274,70
Descrição de outras remunerações fixas		Contabiliza verbas rescisórias, em outros		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	80.927,37	0	80.927,37
Participação de resultados	0	0	0	0,00
Participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	479.148,92	0	479.148,92
Cessaçã do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.578.579,92	6.745.763,97	388.563,35	8.712.907,24

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.494.000,00	5.022.000,00	362.000,00	6.878.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	521.000,00	0,00	521.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.258.000,00	0,00	1.258.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	713.000,00	2.198.000,00	0,00	2.911.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	447.000,00	0,00	447.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.207.000,00	9.446.000,00	362.000,00	12.015.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.420.000,00	4.513.000,00	340.000,00	6.273.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	461.000,00	0,00	461.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	145.000,00	3.608.000,00	0,00	3.753.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor de bônus de R\$ 3.608 mil, contempla: a) R\$ 1.620 mil de bônus de curto prazo ; b) R\$ 1.988 mil de bônus de longo prazo. A remuneração apresentada compreende o período de janeiro a dezembro do referido ano.		
Pós-emprego	0,00	416.000,00	0,00	416.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Baseada em ações (incluindo opções)	1.695.000,00	0,00	0,00	1.695.000,00
Observação				
Total da remuneração	3.260.000,00	8.998.000,00	340.000,00	12.598.000,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros ¹	5,00	4,00	1,00	10,00
Nº de membros remunerados ¹	5,00	4,00	1,00	10,00
Esclarecimento				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.585.276,67		4.585.276,67
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		4.585.276,67		4.585.276,67
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.585.276,67		4.585.276,67
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		4.585.276,67		4.585.276,67

(1) Quantidade de conselheiros corresponde à média de membros considerados no ano.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.860.123,79	4.795.631,34	-	6.655.755,13
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.860.123,79	4.795.631,34	-	6.655.755,13
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	80.927,37	-	80.927,37
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.860.123,79	4.795.631,34	-	6.655.755,13
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.860.123,79	4.795.631,34	-	6.655.755,13
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	80.927,37	-	80.927,37

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.793.000,00	4.711.000,00	0,00	6.504.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.793.000,00	4.711.000,00	0,00	6.504.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	713.000,00	2.198.000,00	0,00	2.911.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.793.000,00	4.711.000,00		6.504.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.793.000,00	4.711.000,00		6.504.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	713.000,00	2.198.000,00	0,00	2.911.000,00

Exercício Social: 31/12/2022

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.941.000,00	4.720.000,00	0,00	6.661.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.941.000,00	4.720.000,00	0,00	6.661.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações

a. termos e condições gerais

Diretoria

A Companhia estabeleceu a obrigação da destinação para aquisição de ações de 50% do bônus de longo prazo, líquido de impostos, auferido pelos membros da Diretoria. Entretanto, tal obrigação não caracteriza uma remuneração baseada em ações.

Este plano foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2006, com alteração em 2017.

Conselho de Administração

Implementado a partir de janeiro de 2022, o Plano de Outorgas de Ações para os Conselheiros de Administração visa estimular a atuação e o comprometimento do Conselheiro de Administração para o melhor desempenho do Grupo Eternit no longo prazo. O Plano está condicionado ao cumprimento integral do mandato e atingimento de meta de Lucro Líquido da Companhia, sendo o bônus apurado com base em múltiplos da remuneração fixa e pago através da conversão do valor apurado em ações ETER3 adquiridas pela Eternit no mercado e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*, conforme detalhado em documento próprio (Contrato de outorga de ações).

b. data de aprovação e órgão responsável

Aprovação em AGO de 09/04/2024.

c. número máximo de ações abrangidas

O plano de aquisição de ações para os Diretores e o plano de outorgas para os Conselheiros de Administração não preveem um número máximo de ações abrangidas, sendo limitado em decorrência do valor máximo de remuneração variável estabelecido, definida pelo múltiplo do valor de remuneração fixa de cada administrador.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável

e. condições de aquisição de ações

O Diretor deverá utilizar 50% do valor líquido recebido, em espécie, a título de bônus de incentivo de longo prazo para aquisição de ações da Companhia no mercado, através de uma corretora de sua preferência, devendo o Diretor comprovar a aquisição destas ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que foi efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado de dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

O plano de outorgas para os Conselheiros de Administração prevê que a remuneração variável de longo prazo será apurada ao término de cada exercício e o montante será convertido em ações adquiridas pela Companhia no mercado, no 5º pregão após realização da AGO, e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

O valor da ação para os Diretores será o valor praticado no mercado por ocasião da aquisição, através de transações feitas diretamente pelo Diretor por meio de corretora de sua preferência.

O plano de outorgas para os Conselheiros de Administração prevê a compra de ações pela Companhia ao preço de mercado por ocasião da aquisição no 5º pregão após AGO.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A Diretoria tem 90 (noventa) dias após o pagamento do incentivo de longo prazo para aquisição das ações, que deverão ser mantidas pelo prazo de 1 (um) ano.

O exercício da outorga das ações aos Conselheiros de Administração, ocorre um ano após o término do mandato, independentemente da recondução do administrador. Após a transferência das ações não há prazo de retenção das mesmas pelos Conselheiros.

h. forma de liquidação

Não se aplica em relação ao plano de aquisição de ações da Diretoria.

Em relação ao plano de outorgas para membros do Conselho de Administração, a liquidação se dará pela transferência das ações mantidas em tesouraria pela Companhia para os Conselheiros

i. restrições à transferência das ações

O Diretor não poderá dispor das ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

Não há restrição à transferência das ações no plano de outorgas dos Conselheiros de Administração.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano pode ser alterado, suspenso ou extinto pelo Conselho de Administração, não existindo critérios preestabelecidos para tal.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do Diretor por iniciativa da empresa, o Diretor terá direito ao bônus de incentivo trienal relativos aos valores já apurados e devidos e ainda não quitados, mantido o cronograma de pagamento descrito no item "h", sem, contudo, o compromisso de aquisição de ações com 50% dos recursos líquido auferidos. Caso o desligamento seja iniciativa do Diretor, não será devido o bônus de incentivo trienal que não tenha completado integralmente o respectivo período de 3 (três) anos. Quanto às ações já adquiridas, cessa a obrigação de retenção das referidas ações pelo prazo de um ano, conforme descrito no item "l", visto que, a partir do momento da saída do administrador, as ações passam a fazer parte do free-float da Companhia.

O plano de outorgas para os Conselheiros de Administração condiciona a transferência das ações ao cumprimento integral do mandato.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Não aplicável.

8.7 Opções em aberto

Não aplicável.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Diluição potencial por outorga das ações:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Remuneração baseada em ações – Previsto para o exercício social 2025

2025*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária***	Total
Número de Membros ¹	5,00	1,00	4,00	10,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	1,00	4,00	10,00
Remuneração baseada em ações	0		-	0

*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

**Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

*** Não aplicável para a Diretoria.

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. Quantidade de conselheiros corresponde à média de membros considerados no ano.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2024

2024*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária***	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
Remuneração baseada em ações	0	-	-	0

*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

**Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

*** Não aplicável para a Diretoria.

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2023

2023*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária***	Total
-------	-----------------------------	-----------------	--------------------------	-------

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
Remuneração baseada em ações	713		-	713

*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

**Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

*** Não aplicável para a Diretoria.

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2022

2022*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária***	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
Remuneração baseada em ações	1.695		-	1.695

*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

**Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

*** Não aplicável para a Diretoria.

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

8.10 Outorga de ações

Não aplicável.

8.11 Ações entregues

Não aplicável.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Precificações da ações/opções

a. modelo de precificação

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d. forma de determinação da volatilidade esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O valor da ação para os Diretores será o valor praticado no mercado por ocasião da aquisição, através de transações feitas diretamente pelo Diretor por meio de corretora de sua preferência.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

O plano de outorgas para os Conselheiros de Administração prevê a compra de ações pela Companhia ao preço de mercado por ocasião da aquisição no 5º pregão após AGO.

8.13 Participações detidas por órgão

Em 31/12/2024

Quantidade de Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
ETER3	6.327	39.060	14.969

8.14 Planos de previdência

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros remunerados	5,00	4,00
Nome do plano	N/A	Bradesco Vida e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	04 para aposentadoria normal
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Mínimo 45 anos de idade com 3 anos de empresa e término de contrato com a empresa.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 1.456.684,18 Em 2024 houve retirada por conta de desligamento de diretor
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 479.148,90

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Duas situações: 1ª – No desligamento, antes de atingir as condições mínimas para aposentadoria normal ou antecipada, o diretor desligado resgatará a totalidade das suas contribuições individuais. Com relação às contribuições realizadas pela empresa, o diretor pode resgatar de acordo com tempo de casa e idade 2ª – Especificamente, no plano do Bradesco, podem ser realizados os resgates da conta básica do participante. Porém existe a penalidade, de perda do valor proporcional das contribuições efetuadas pela empresa.
---	-----	---

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	4	4	4	5	5	5	3	3	3
Nº de membros remunerados	4	4	4	5	5	5	3	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	2.332.442,74	2.225.000,00	3.948.000,00	430.098,16	485.000,00	889.000,00	129.521,12	121.000,00	113.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.314.530,98	1.604.000,00	1.314.000,00	76.838,15	59.000,00	593.000,00	33.629,47	26.000,00	113.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.686.440,99	2.362.000,00	2.250.000,00	315.715,98	441.000,00	652.000,00	121.000,00	121.000,00	113.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024		Contabiliza verbas rescisórias decorrentes de substituição de membro da Diretoria
31/12/2023		Contabiliza verbas rescisórias e de contratação decorrentes de substituição de membro da Diretoria
	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

O Diretor destituído do seu cargo, por solicitação da Companhia, terá direito a um aviso prévio de 04 (quatro) meses, podendo ser trabalhado ou indenizado.

Não há arranjos outros contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável. A Companhia não tem acionista controlador.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável. Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia nos últimos três exercícios como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que não sejam em razão da função que ocupam.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

A Companhia não tem acionista controlador e, portanto, também não há sociedades em controle comum com a Companhia. Não há valores reconhecidos no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item 8.

ANEXO 5

Instruções para preenchimento do Boletim de Voto a Distância

Orientações de preenchimento

O boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81/22 e alterações.

Neste caso, é imprescindível que os campos anteriores sejam preenchidos com o Nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro do Ministério da Fazenda, seja pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço eletrônico de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral, as seguintes instruções deverão ser observadas:

- i. Os campos deste boletim deverão estar devidamente preenchidos;
- ii. Todas as páginas deverão ser rubricadas;
- iii. O acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente deverá(ão) assinar o boletim na última página;
- iv. Não serão exigidos reconhecimento de firma, desde que a assinatura do documento apresentado, coincida com a assinatura aposta no boletim; e
- v. Nos casos de estrangeiros, será aceito o respectivo RNE ou passaporte com a mesma assinatura do boletim, não sendo necessário a tradução juramentada de procuração enviadas nos idiomas Espanhol e Inglês.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá:

- i. Preencher e enviar diretamente à Companhia; ou
- ii. Transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações a seguir:

Exercício de voto a distância por meio do custodiante.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras adotadas pelo subcustodiante, o qual encaminhará as referidas manifestações de voto à

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus agentes de custódia a fim de verificarem os devidos procedimentos.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o acionista deverá transmitir as instruções e o boletim devidamente preenchido para seus agentes até sete dias antes da data da realização da assembleia. A Companhia, de acordo com a legislação vigente, terá até 3 (três) dias úteis do recebimento do boletim para comunicar o acionista que os documentos enviados estão aptos para que o voto seja considerado válido ou para avisar a necessidade de retificação e reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham, informando o prazo de recebimento dos mesmos em até 4 (quatro) dias antes da realização da assembleia.

Desta forma, é recomendável que o acionista envie o boletim de voto, que será disponibilizado pela companhia pelo menos com um mês antes da data da realização da assembleia e os documentos relativos, com maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para avaliação pela Companhia e eventual retorno com motivos para retificação, correção e ressubmissão dos mesmos.

Vale ressaltar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº 81/22, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF e CNPJ.

Exercício do voto a distância por meio de envio do boletim pelo acionista diretamente à Eternit

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos ao Departamento de Relações com Investidores e aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

- i. Via física do presente boletim de voto devidamente preenchido, assinado e com todas as páginas rubricadas;
- ii. Cópia simples dos seguintes documentos:
 - a. Pessoas físicas:
 - Documento válido de identidade com foto e número CPF, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”);
 - No caso de procurador (constituído a menos de um ano antes da data da realização da AGO), enviar procuração acompanhada dos requisitos contidos no item anterior.
 - b. Pessoas jurídicas:
 - Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
 - CNPJ; e

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”).

c. Para fundos de investimento:

- Último regulamento consolidado do fundo com CNPJ;
- Estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”).

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de sua aceitação ou necessidade de retificação, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e respectivas alterações.

Caso este boletim seja encaminhado diretamente à Companhia e não esteja adequadamente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este poderá ser desconsiderado e o acionista será informado por meio de endereço de e-mail indicado.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na sede da Companhia em até 4 (quatro) dias antes da realização da Assembleia, na Rua Dr. Fernandes Coelho nº 85, 8º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05423-040 ou por meio do e-mail: ri@eternit.com.br, aos cuidados da Diretora de Relações com Investidores, Sra. Carisa Santos Portela Cristal.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato.

Exercício do voto a distância por meio do administrador das ações escriturais: Adicionalmente às opções anteriores, o acionista com ações no sistema escritural poderá exercer o seu direito de voto a distância por meio do Banco Itaú, instituição que administra o sistema de Ações Escriturais da Companhia. Neste caso, o acionista/procurador que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site:

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleiadigital>.

- Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.
- Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.
- Alternativamente, os acionistas poderão manifestar seu voto diretamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, na Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clicando em “Assembleias em Aberto.”
- Outras informações do custodiante para envio do BVD: Itaú Corretora de Valores S.A., localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar CEP 04538-132, São Paulo, SP - Telefone de atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7209285 (demais localidades), horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h. E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br.